

2º RODADA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL – PNAB 2024

GOVERNO DO ESTADO AMAZONAS

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

ATA DA 10ª REUNIÃO DA 2º RODADA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARTE PARA ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024. Aos 14ª (décimo quarto) dia do mês de junho de 2024, às 19:00h, reuniram-se, de forma presencial e virtual no Cine Teatro Guarany, cito Av. Sete de Setembro - Centro, Manaus - AM, 69010-005, conforme divulgação em redes sociais e no Portaldoam publicada no dia 05/06/2024, sob coordenação e mediação dos assessores de políticas culturais **ANNE Paiva de Alencar (SEC), Maria LUCIANE Coêlho Ituassú da Silva (SEC) e THIAGO Hermido da Silva (SEC)**, tendo como secretária **JENNYFER Balbi e Silva (CONEC)**, como apoio à mediação **MIKAEL Nunes Brandão (ASPLAN)** e como interpretes de LIBRAS, **RAQUEL Nagata e THAYNÃ Lira**. O encontro contou com a presença nos termos da lista anexa de participantes presentes e virtuais, os quais participaram pelo aplicativo Microsoft Teams (via link distribuído via redes) e pelo Youtube (via canal “culturadoam”). Para ouvir os representantes do segmento de **PESQUISA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO** do estado do Amazonas. A equipe decidiu aguardar quórum até às 19:30h para dar início aos trabalhos.

O início dos trabalhos se deu com a mediadora **Anne Paiva**, no qual, iniciou pedindo desculpa pelo atraso e fez sua fala de boas-vindas, começou questionando se alguém dos presentes haviam estado na primeira leva de escutas da Política Nacional Aldir Blanc e em seguida apresentou-se para os que ainda não a conheciam fazendo sua autodescrição, na qual disse que, é uma mulher branca, loira do cabelo curto, estava usando um vestido branco e vermelho, uma sapatilha, brincos dourados e uma presilha de cabelo. É servidora da Secretaria de Cultura, trabalha na Assessoria de Políticas Culturais e sou uma das pessoas que está auxiliando nesse processo de construção da PNAB. Explicou que ele [PNAB] é um processo que está iniciando agora, iniciou na verdade, no fim do ano passado. Tem um período de 5 anos, então é uma construção conjunta por 5 anos. Para agente, atender, atingir uma finalidade em comum, que é, manter e melhorar a cadeia da cultura e da economia criativa no nosso estado. Eu Acredito que, quem está presente aqui já tenha ouvido falar da Política Nacional Aldir Blanc. Acredito que a maior característica dela seja a sua descentralização. Ela é o repasse de recursos do governo federal para os estados e para os municípios executarem ações. Esse repasse vai se dar por esses 5 anos. Iniciou em 2023, para ação em 2024 e vai ter em 2024, 25, 26 e 27. A gente vai ver

junto uma parte desse processo, eu acredito. Existem diversas ações que podem ser realizadas pela PNAB, pode haver editais de fomento cultural, ela incentiva, promove ações da Lei Cultura Viva, que é uma lei que já foi um pouco conhecida, ela ficou um pouco sumida e agora o governo federal está voltando a enfatizá-la. Dentro do âmbito da PNAB vai haver ações de manutenção de espaços culturais, ações de melhorias de patrimônio histórico público e ações, a ideia é que haja essas ações continuadas por 5 anos, a gente consiga refletir juntos sobre uma forma de fazer uma continuidade dessas ações culturais. O total do recurso do governo federal para todos os estados e municípios é de 3.000.000.000 (3 bilhões) para o estado do Amazonas, considerando o repasse que vai ser realizado para os municípios e o repasse que foi realizado ao estado é de, mais ou menos, 65.000.000 (65 milhões). E o estado sozinho, pelo Fundo Estadual de Cultura, vai operacionalizar o recurso de 38.498.834 reais. Isso é interessante a gente frisar, tem que ser gasto por nós, pelo Estado, para a sociedade civil, até o fim desse ano. Então, o desembolso vai ocorrer desse valor até o fim de 2024 e o valor que chegar em 2024 vai ser desembolsado até o fim de 2025 e assim por diante. Mostrou o gráfico e explicou que, a gente consegue ver como é que ficou a divisão desse recurso que foi repassado pela União para o estado do Amazonas. A gente tem a parte maior da pizza voltada para ações de fomento cultural, que é onde vai estar enquadrado o edital de patrimônio histórico e pesquisa. 67% desse valor está voltado para essas ações de fomento cultural. Ainda, tem uma parte do recurso para pontos de cultura, outra parte para pontos de cultura e essa vai ser criação e manutenção de pontos e pontos [de cultura]. Ainda, uma parte do recurso vai ser destinado para subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais, uma outra parte para obras e reformas de bens culturais, essa que é realizada pelo estado e ainda, o custo operacional, que são ações que a gente vai fazer de busca ativa, oficinas, cursos para quem precisa se aprofundar tanto na inscrição dos editais quanto a realização de projetos de fomento cultural, enfim. E aí, a PNAB, ela traz várias possibilidades, a gente está apresentando essas informações para todas as reuniões que a gente está tendo, porque vocês vão ver, elas são bem múltiplas. Acredito que nessa reunião a gente afunila bastante, porque acaba falando sobre ações de pesquisa e patrimônio e ela acaba sendo um pouco mais direcionada, posso dizer assim, mas existem outras áreas em que a gente consegue fazer várias ações mais abertas, eu vou botar assim. Quando a gente fala de, por exemplo, produção cultural do aspecto artístico, a gente acaba vendo outras possibilidades. Mas acredito que aqui a gente vai conseguir enfatizar bastante a questão da preservação, digitalização, ações de cursos, formações, especializações, profissionalizações, estudos, pesquisas, bolsas, intercâmbio, residências, enfim. Falando um pouquinho sobre aspectos gerais da PNAB, a gente pode falar sobre as vedações dela, a continuidade das políticas afirmativas, critérios de acessibilidade, continuidade de busca ativa e recursos para áreas periféricas. Eu vou detalhar cada um desses de forma rápida para a gente conseguir se aprofundar bastante no edital daqui a pouco. Sobre as vedações, é importante a gente lembrar que, não pode pleitear vaga, pleitear premiação, contemplação na Aldir Blanc, quem for servidor da

Secretaria de Cultura, quem for trabalhador da AADC (Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural), quem for membro da comissão de seleção, conselheiro de cultura e ninguém que esteja participando dessa fase de análise do edital, realização do edital, análise de recursos, enfim, essas pessoas, elas não podem participar. Em relação às continuidades das políticas afirmativas, é interessante a gente perceber que a LPG (Lei Paulo Gustavo) foi, a acredito que, a primeira legislação com repasse de recursos do governo federal, que veio com ações afirmativas já amarradas, ela trouxe já a necessidade de cotas e de outras ações afirmativas a serem realizadas. E essa ação de políticas afirmativas, de ações afirmativas, continua na PNAB, então a gente vai ter em todos os editais, 25% para pessoas negras, 25% para pessoas indígenas, derivado do pleito da classe, por que a legislação, inclusive, só trazia 10%, 5% para pessoas PCDs, eu digo proponentes PCDs, como proponentes pessoas indígenas, proponentes pessoas negras, e também está sendo discutido se vão haver outros tipos de cotas, outros tipos de ações afirmativas, e isso a gente dialoga com vocês para saber o que que vocês consideram disso daqui a pouco. Ainda, em relação aos critérios de acessibilidade, a PNAB também em consonância com a LPG, vai trazer obrigatoriedade de ações de acessibilidade dentro dos projetos, então isso tem que ser pensado pelos proponentes, “como tornar o meu projeto, a minha ação acessível” Em relação à política de continuidade, é o que a gente fala desses 5 anos de ação, nesses 5 anos de ação, qual vai ser, qual é a ideia que a gente tem de evolução de pesquisa e de patrimônio histórico, cultural do estado? Onde a gente vai chegar? O que que a gente planeja? Planeja manter, planeja criar, planeja reestruturar o que? É interessante a gente refletir sobre isso quando a gente fala sobre a elaboração dos editais. Nós também estamos fazendo ações de busca ativa, e quando a gente fala sobre busca ativa, é encaminhamento de pessoas, de material, de oficinas para ações do interior, para conseguir incentivar mais pessoas a entrar no nosso cadastro estadual de cultura, por exemplo, fazer oficinas para que mais pessoas se tornem mais qualificadas para elaboração de projetos culturais, execução de projetos culturais e realmente divulgar as ações e consegui chamar mais profissionais da cultura e da economia criativa para realizarem as ações dentro do estado, que a gente sabe que existe um 100 número de pessoas, por enquanto, que realizam as ações culturais, que são fazedores da cultura que são componentes da nossa cadeia da cultura e economia criativa e às vezes eles não estão listados, eles não aparecem, não estão catalogados para a gente, porque às vezes falta o acesso para chegar lá. E essas ações de busca ativa são justamente para conseguir fazer esse *link*. E uma outra inovação, eu Acredito, da PNAB, é o repasse de recursos para áreas periféricas. A PNAB está prevendo que uma parte do recurso direcionado para o estado, ele seja executado, tenha como proponentes e beneficiários, pessoas que residem em áreas periféricas do estado e, esse é um ponto interessante para a gente refletir, porque a gente sempre fala, o Brasil já vive numa área periférica, considerada periférica do mundo, e o Amazonas já existe numa área periférica também do Brasil. O quê que é periferia do Amazonas? O que que a gente está tratando? Sobre bairros periféricos

dentro de cada cidade, dentro de Manacapuru, de Tonantins, enfim, ou alguns municípios? E a gente está dialogando com o governo federal e, também, vendo outras normativas do governo federal para a gente solucionar essa questão. [**Anne Paiva** perguntou aos presentes se alguém tinha alguma manifestação e tendo como negativa, prosseguiu a explanação]. Nosso roteiro hoje seria, falar sobre o objeto e modelos de [?]. Tem uma mão levantada [na sala virtual]. É o conselheiro Vanderley, do circo. Ele colocou aqui, lembrando que os conselheiros da sociedade civil devem fazer parte da operacionalização da lei (intervenção feita no chat da sala virtual). **Anne Paiva** prosseguiu dizendo, nossa conversa de hoje seria relativa à pesquisa e patrimônio histórico, a gente falar sobre o objeto e modelos de editais, critérios de participação nesses editais, a avaliação dos projetos que seriam aplicados para esses editais e a gente tem um questionário no final que a gente está já está fazendo desde a primeira leva de escutas e nós estamos seguindo agora também. Eu acho que a gente já pode começar, quem estava lá na reunião de elaboração do PAAR, lembra que já dentro dos recursos do PAAR tem um recurso destinado para um edital de pesquisa e patrimônio histórico, ele vai ser chamado de edital memórias e o valor dele é 930.000 reais. O quê que a gente precisa descobrir hoje? conversar sobre isso. Como é que a gente vai é destrinchar esse valor dentro do edital? Vai ter reserva de vagas, tirando as vagas de cota, vai ter reserva de vaga específica para a pesquisa? A vaga de algumas ações de patrimônio histórico? Quais vão ser as ações a serem realizadas? Qual é o interesse de vocês? Basicamente essas são as minhas perguntas. Vocês querem se manifestar agora em relação a isso? Vocês já refletiram?

Rila Arruda cumprimentou a todos apresentando-se e fazendo sua autodescrição, na qual ela disse que é uma mulher branca, magra, de 1,60 m, cabelo castanho claro, estou usando uma calça jeans, uma sandália bege, uma blusa branca e preta, um colar de muiraquitã, para quem não sabe faz parte da lenda das icamiabas, guerreiras Amazonas, um relógio dourado, brincos dourado e preto e uma mochila marrom. Bem, eu já venho participando dessas setoriais desde as primeiras que começou a ter. E aí antes não tinha setoriais, nem de patrimônio, nem de equipamentos culturais e nem de pesquisa cultural, essas três áreas não tinham. Começou a ter essa escuta com a Lei Paulo Gustavo e por parte do município no conselho, eles fizeram uma primeira reunião para revisão do Plano Municipal de Cultura. Até então, prefeitura nunca tinha feito, mas eles só fizeram porque a gente fez um motim e foi para a reunião do folclore, porque a gente sabe que a reunião mais cheia e a gente conseguiu uma primeira setorial na prefeitura, mas até então não teve mais, as escutas da PNAB e da Paulo Gustavo eu não vou da prefeitura porque eles fazem lá setoriais com base nas cadeiras do conselho municipal, que não contempla todo mundo, não me sinto contemplada e eu não vou. É uma questão minha, eu me recuso. Não tem para mim, não tenho o que eu falar lá, é que nem para ser candidata a conselheira, não tem cadeira para o meu setor, não tem para mim, não me sinto representada, essa bem verdade. Mas, enfim, sobre a essa etapa da PNAB, dessa escuta da oitiva, o que eu tenho para dizer é, que alguns setores estão ausentes, a gente já vem falando sobre isso, hoje na setorial de museus, que teve o dia todo no Palacete Provincial, que é da

revisão do plano nacional de museus, isso foi falado no eixo quarto, por que que a gente não é escutado por categoria museal e eu expliquei qual é a situação real sobre isso, que na Paulo Gustavo teve equipamentos culturais e agora foi tirado. Aí fizeram uma setorial, espaços e pontos de cultura, que ele [Hélio] participou enquanto museu do esporte. Aí nessa segunda etapa, eu não vi a parte de espaços e pontos de cultura, não sei como é que ficou, mas o que eu posso dizer aqui é que nos nossos editais, a gente quer que seja separado, que tenha um edital só de pesquisa cultural e tenha um edital específico de patrimônio e equipamentos culturais. **Anne Paiva** explicou que, equipamentos culturais, quando a gente fala sobre manutenção de equipamentos culturais, vai estar num outro recurso direcionado. Então, por exemplo, se for a ideia que equipamentos culturais para manutenção de atividades, ele não vai se enquadrar nesse edital, mas pode ser outra categoria. **Rila Arruda** acrescentou que pode ser, não manutenção, mas pode ser preservação, conservação, restauro, o que é diferente dos espaços, nem todo espaço, ele é um patrimônio histórico edificado, por exemplo. Nem todo espaço, por exemplo, tem uma obra de arte considerada histórica, que precisa de restauro, eu sei que a gente tem um ateliê de restauro, mas existe uma demanda e alguns membros da sociedade civil tem um pouco de pressa. E aí não dá para misturar junto com os espaços da sociedade civil, que vai muito mais além do que equipamentos culturais. E aí, o que a gente pede aqui, pelo menos eu, acredito que outros colegas aqui também, imagino que vão concordar, por que a gente já conversou mais cedo, que tenha edital separado, um só de pesquisa cultural, com 3 modalidades, como a SEC prometeu ano passado e um edital específico de patrimônio cultural e equipamentos culturais, porque nesse de patrimônio cultural e equipamentos culturais que possam contemplar as obras, a reforma, o restauro, enfim, aquisição de equipamentos específicos do patrimônio cultural, que muitas vezes, talvez não caiba no edital de espaço, não sei como é que ficou definido isso, porque tem alguns equipamentos que são específicos da área de conservação e preservação. Eu não sou a melhor pessoa para falar isso, porque deveria ter aqui um bibliotecário, deveria ter um museólogo, não tem, só tem um arquivista aqui, e aí a gente acaba tendo que dar conta de áreas que não são nossas. Então, tem coisas particulares que não dá para misturar com outros editais, com coisas específicas, que não tem a ver com o patrimônio. Não à toa, os profissionais de patrimônio eles são variados, que é o arquiteto, o arqueólogo, não tem ninguém da arqueologia aqui, tem o engenheiro civil que trabalha com patrimônio histórico edificado, tem o museólogo, o arquivista, o bibliotecário, o historiador e as ciências sociais, sobretudo, a antropologia. Então eu não posso falar sobre todas as áreas, mas eu posso falar sobre a dimensão que a gente cabe que não se adequa a ficar junto com as outras áreas. E por que o edital específico de pesquisa cultural? Porque nesse edital separado de patrimônio e equipamentos culturais, dá para ter proponentes que estejam ligados ao bem cultural, vamos dizer assim, ou a equipamento, que não tem a expertise ou a formação para ser pesquisador, isso acontece, ele tem o direito a adquirir, por exemplo, dinheiro para restauro. E aí, ele vai pagar um serviço para isso. de um especialista. Já [o edital] de pesquisa cultural

ele tem que ser separado, porque tem que ter formação na área de humanidades ou correlatas, e com expertise na cultura, para fazer a pesquisa. Como eu falei ano passado da Paulo Gustavo, os editais para a pesquisa, tradicionalmente no Brasil, eles são das fomentadoras de pesquisa que estão ligadas à academia às instituições científicas já tradicionalmente com visibilidade. Enfim, legitimados pelo campo científico, vamos dizer assim. Na parte da cultura isso é relativamente novo no Brasil e já tem vários editais que tem pesquisa cultural e cabe ao edital específico da secretaria tal, da fundação tal, estabelecer os critérios de proponentes, da comissão de avaliação ou às vezes, muitas vezes, como teve, a SEC fez um edital dos Povos da Amazônia a uns anos atrás que tinha temas pré-definidos, que era prioridade da SEC, do que elas queriam que os pesquisadores fizessem, só que o prêmio era muito baixo, era tipo 5.000 reais, 3, não lembro agora. E aí, a gente quer as três modalidades, com um projeto, sei lá, modalidade de maior valor que tem uma certa abrangência maior de pesquisa, dependendo do objeto, assim como a segunda modalidade e a primeira modalidade com um valor mais baixo. É essa a proposta que eu tenho, agora é os colegas. **Anne Paiva** disse que antes de continuar, questiona aos presentes, quem estava lá por causa de pesquisa e se alguém tinha ido por causa de patrimônio histórico. **Leonardo** cumprimentou a todos, fez sua autodescrição, dizendo que é negro, careca, estou com anel aqui no meu dedo, de formatura o outro lado também de formatura. Estou na área científica, como professor também da Universidade Federal, atuo como pesquisador também na área de arquivo, atualmente, também sou diretor do arquivo da Junta Comercial do Amazonas e venho desenvolvendo há 4 anos o trabalho de que a área arquivística deve ser ouvida. A questão de trazer essa discussão do documento com patrimônio. É uma área que a gente precisa realmente colocar em voga, porque não há como a gente falar de proteção da memória enquanto você não olhar o documento. Então, toda instituição pública ou uma pessoa, indivíduo só, o colega acabou de falar e eu gostei muito do que ele falou agora pouco. Os acervos que nós temos, pessoais. Então, o documento é um patrimônio e a gente precisa olhar para esses documentos, precisa uma sensibilidade. O arquivo público vem fazer um trabalho e a gente sabe que a demanda é muito grande e nós estamos trabalhando nessa ideia. Então, a minha proposta aqui, é que tenha realmente aquele que a Rila falou agora pouco, que a gente tenha um fomento para pesquisa. Pesquisa, por exemplo, de um acervo, pesquisa no âmbito de diagnóstico, porque as pessoas confundem muito. Na última oitiva em que eu estive, lá tinha uma proposição de digitalização, digitalizar acervos que estão aí nas instituições. Só que no senso comum, todo mundo acha que digitalizar documento é pegar o documento, botar em uma máquina e pronto e não é assim, existe todo um trabalho técnico que é feito através de um diagnóstico, onde vai mostrar para aquela instituição ou para aquele acervo pessoal e vai dizer, “olha, esse vai ser o método, esse vai ser os equipamentos, esse vai ser o tempo. É isso que nós vamos utilizar”. Então a gente já falou, é usar realmente o campo da ciência para a gente produzir e proteger o nosso patrimônio. E uma coisa mais importante ainda que a gente tem que fazer e a gente estava numa discussão na Universidade Federal, onde teve a semana

nacional de arquivo e de museu, e a discussão foi o seguinte, mas por que que a gente está preservando? Por que que a gente está restaurando o documento? Para quê e para quem? E aí vem aquelas duas palavrinhas fortes, a informação, ela tem que ser difundida na sociedade, o patrimônio tem que ser resguardado sim, mas ele tem que ser utilizado para o que a gente chama de educação patrimonial. Então essa pesquisa, esse campo de pesquisa são fundamentais para isso. No ano passado, infelizmente, o governo federal, ficou gritando para todo mundo, “eu preciso que as instituições desenvolvam projetos de pesquisa de patrimônio cultural”. As pessoas precisam ouvir a pessoa lá das escolas da zona leste, da zona periférica, precisa entender o quê que é teatro, eu como historiador, eu desenvolvo um projeto como educador também, que é o museu na escola. Eu pergunto para meus alunos, “quem é que já entrou no Teatro Amazonas?” Sabe qual a resposta que eu tenho? “Eu não posso entrar lá professor, eu não posso”, porque foi construído narrativa que o Teatro Amazonas só pode entrar quem tem dinheiro. E é um local privado, de intelectuais. E aí, nós que estamos nessa parte histórica, dentro de uma sala de aula, você tem que criar mecanismos para que esse indivíduo entenda que não é esse o processo. Eu estava conversando, falei assim, “gente, vocês sabiam que Manaus tem vastas áreas culturais que vocês podem ter acesso e é 0800 (gratuito)?” Mas, é aí que a educação patrimonial tem que chegar. Mas para isso chegar, a pesquisa é fundamental. Então essa linha de pesquisa específica é justamente isso, é fomentar essa nossa pesquisa para desenvolver projetos futuros que possibilitem essa aproximação em relação ao patrimônio, essa aproximação, essa identidade. O povo amazonense, o povo manauara, tem que entender que o Teatro Amazonas é bem prático, ele faz parte do nosso dia a dia, ele é um símbolo, então ele deve ser compreendido no seu tempo-espaço, mas nesse sentido, mais próximo da gente, não distante, então essa linha de pesquisa é nesse sentido. **Hélio** cumprimentou a todos e fez sua autodescrição, disse que é um homem branco, cabelo grisalho, estava usando uma camisa listrada rosa e branca, calça jeans. Eu estou representando um instituto que foi fundado por familiares meus, há mais ou menos 7 anos e a 5 anos, nós instalamos um museu Internacional do esporte dentro da Arena da Amazônia, o espaço cedido pelo governo do estado. A época foi o governador José Melo, por intermédio da Secretaria de Esportes. E no dia 25 de fevereiro de 2019, nós inauguramos o museu, é um museu que conta com um acervo muito importante do esporte no mundo inteiro, mais de 10.000 peças. Lá tem uma biblioteca com cerca de 7.000 volumes e 3.000 peças relacionadas principalmente com os Jogos Olímpicos. Fizemos isso dentro da Arena da Amazônia, porque é um estádio olímpico, recebeu os jogos de futebol da edição de 2016, [das olimpíadas] do Rio de Janeiro. E nós estamos buscando apoio do governo, apoio da iniciativa privada para que isso siga aberto. A maioria das pessoas, creio que estão aqui nessa sala, nem tem conhecimento da existência do museu. Eu encontrei um colega a pouco que trabalhou comigo na Copa do Mundo de 2014, eu fui gerente da sede Manaus e, por coincidência, hoje faz 10 anos do primeiro jogo aqui em Manaus e ele não sabia, mas o museu, inclusive, foi retratado em um filme que passou a poucas semanas, pés de peixe, filme aqui do Amazonas. E o Sandro

Viana, medalhista olímpico, ele faz o papel de um funcionário do museu e mesmo assim é o museu é desconhecido da maioria. Então, nós precisamos realmente encontrar os caminhos para que o instituto possa receber esse apoio para funcionar, uma vez que hoje a gente funciona de forma precária. **Nonata Silva** apresentou-se dizendo que, é doutora em antropologia social, mas também é artista cênica e visual. E assim, sempre nos nossos trabalhos, que também a gente tem um grupo de teatro, sempre eu utilizo a pesquisa. Vim hoje aqui, mas eu participo também da cultura popular, inclusive, em agosto vem aí Reino de Encantaria, no folclore, [em que] eu fui contemplada na Paulo Gustavo e eu acho que o mais importante é que, nesse início, é a gente saber, como é que vai ser esses critérios? Como é que vai ser direcionado? Acho sim, que todos nós temos que ter uma formação, até porque todos os trabalhos você tem que compartilhar com a sociedade, para mim, acho que é fundamental. Ano passado, eu participei da pesquisa, pelo Norte, do circo. [Em que] o circo vai ganhar, finalmente, essa titulação de patrimônio. E eu, que fui uma das pesquisadoras, inclusive, aqui na SEC, na sala Efigênio Sales e no final da minha pesquisa foi uma amostra, porque todo o meu trabalho, eu sempre eu compartilho com a sociedade e foi Viajantes da Alegria, buscando o circo, desde o início. Então, uma das dúvidas que trouxe a gente hoje aqui, esse pesquisador tem sempre que estar ligado a uma instituição ou vai ser aberto aos pesquisadores [que não estão ligados a instituições]? Mas, assim, concordo que tem que ter um patamar de direcionamento de alguém que já é científico, porque é uma pesquisa científica. Mas essa minha colocação, vai ter que ser ligado a uma instituição ou pode ser um pesquisador independente? Como a gente entrar nos outros editais, inclusive, eu vou entrar de novo no [edital] de cultura popular. Ontem eu assisti online, eu não estive aqui, ainda bem. Mas, eu pretendo entrar no próximo, porque a gente gera a cultura, porque você articula academia com o teu lado artístico, dá samba, dá festa. Então, primeiras palavras são essas aí. Eu acredito que tem que caminhar aí, porque senão, encalha tudo e a gente não sai hoje daqui. Obrigada. **Nilce Pantoja** se autodescreveu dizendo que é parda, estava usando um tecido na cabeça e uma blusa estampada. Bom, minha formação é, eu sou mestre em educação, formada em educação física pela Universidade Federal do Amazonas. Sou professora, pesquisadora, ligada à instituição SEDUC. Faço várias pesquisas pela FAPEAM, sempre passo nos editais da FAPEAM, já fui contemplada em pesquisa a nível nacional, com o projeto vivências lúdicas no esporte, que já ganhou a nível nacional., isso tem um bom tempo, mas venho fazendo pesquisa, construindo pesquisa. Então sou professora, pesquisadora, tenho a formação. E a minha pergunta é, o quê que é o edital compreende sobre pesquisa enquanto cultura? Porque ano passado eu tentei escrever um projeto, quer dizer, tentei não, escrevi um projeto que não foi contemplado porque eu estava com um leque voltado para a cultura corporal de movimento. E a cultura corporal de movimento tem a sua plasticidade nas artes. Então, quem é que está lendo os editais que não tem a compreensão do que vem a ser cultura? Porque se a cultura vai ficar em um quadradinho, fechadinho, onde eu entendo a cultura só como a arte de cinema, teatro, então a gente precisa debater o que é cultura na sua amplitude, porque meus projetos

vêm dentro da cultura corporal de movimento, como por exemplo, eu já fiz, recentemente, pela FAPEAM, o [projeto] corpo, formas e movimentos entre versos e gravuras de cordel. Eu estou trabalhando a literatura, estou trabalhando movimento corporal e não deixa de ser pesquisa. Então, quem é que está lendo? Será que vai ter essa compreensão? Porque eu fui embargada num projeto. Não foi aqui, mas eu estou dizendo dentro de uma outra situação, então espero que aqui, a amplitude do que é cultura, ela seja um leque aberto. É só essa minha colocação e o que eu quero mesmo também compreender são os critérios de participação, avaliação e seguir o roteiro para poder gerar o debate, porque senão a gente vai ficar aqui questionando situações que ainda não foram colocadas. Obrigada. **Anne Paiva** disse, a gente vai seguir a apresentação e depois a gente volta para a especificidade dos editais. Esse aqui (tópico sobre critério de participação), eu acredito que com vocês vai ser bem fechada. Nós temos possibilidades bem diferentes de realização de editais, podemos deixar um valor aberto e cada um de vocês poderia dizer qual é o valor da sua pesquisa ou valores pré-definidos, que é, normalmente, o padrão dos editais. Existem editais em que você pode só fazer. “ah! vão ser tantos projetos de um valor X”. E aí, qualquer projeto que se enquadre na categoria macro, por exemplo, pesquisa dentro daqueles valores ele poderia entrar, ou ainda, não, dentro de pesquisa, a gente vai estabelecer segmentos, a gente vai estabelecer módulos para ser tantos projetos do módulo tal, tanto no tal, tanto no tal, considerando que tem maior parte de gente aqui de pesquisa, o que que vocês acham, que é interessante de que forma realizar o edital de pesquisa? **Rila Arruda** disse que, já falei um pouco disso na minha fala, aí, eu posso só complementar as minhas ideias, a partir do que eles falaram. Sobre essa questão da dimensão da cultura, eu não sei os outros lugares que você [Nilce] se inscreveu, mas pela Secretaria, que eu estou acostumada a lidar e a pesquisar, a Secretaria já tem esse entendimento da dimensão da cultura, tanto no nível simbólico, como econômico, como cidadão, como prega o Plano Nacional de Cultura 2010 e como agora está na revisão do Plano Nacional de Cultura, não é à toa que começaram a setoriais. Hoje já foi a primeira etapa aqui de Manaus de museu, e eu imagino que vai ter também dos outros setores. E então, nesse sentido, agora sobre a questão de projeto e pesquisa, vai muito da sua criatividade, pelo menos eu vejo assim, eu fazer um projeto de pesquisa que tem um produto e qual o produto? É uma performance, o produto é um livro, o produto é um vídeo audiovisual ou é só um relatório? Um dos meus projetos é esse, é um relatório de pesquisa bem abrangente, então, depende muito da tua criatividade, da tua ideia e do que o edital em si, ele cobra. Só que, como a gente está construindo aqui a segunda escuta, a SEC, eu espero, que publique um edital com base no que a gente está pedindo, o que a gente entrar em consenso hoje, de certa forma, eles vão ter que, de certa forma, botar isso no papel e publicar e se tiver algum erro, a gente vai lá na consulta pública e questiona, não é? Agora, sobre a questão da fomentadora, é justamente isso, por exemplo, a FAPEAM e outras fomentadoras como o CNPq, CAPS e as outras fomentadoras estaduais, elas simplesmente, devido a tradição acadêmica científica, elas amarram aos doutores das universidades, título de pesquisas credenciadas, o que não é o caso da política

cultural, porque não tem essas amarras, não tem essa tradição. E o que a gente está lutando aqui é justamente essa liberdade de não ter vínculo institucional. Eu, por exemplo, eu não tenho vínculo institucional, sou pesquisadora autônoma. Quem me conhece aqui, sabe que eu estou sempre fazendo pesquisa independente, tendo financiamento ou não. Isso para mim vai ser só uma forma de eu ter dinheiro para pesquisar aquilo que eu já faço há muito tempo. Então isso independe, por exemplo, a FAPEAM, ela tem um edital só de museus e centros de ciência, a gente não pode se inscrever, a minha ex orientadora tentou fazer um projeto, mas tinha uma cláusula do edital que não ia ter bolsa para mim como mestra. Então, eu não vou trabalhar de graça, já fiz muito trabalho de graça. Eu não entro mais em projeto de graça. Então a gente não participa. Ter um edital de fomento a cultura, que seja específico para pesquisa cultural, vai abrir um leque e aumentar uma pesquisa mais autônoma, dos profissionais já formados, sobretudo em humanidades e artes, enfim, quem trabalha com cultura, para a gente estar fazendo nossas pesquisas de forma autônoma, mas para isso que no edital, os proponentes, se exija formação acadêmica e prove que você tem uma expertise na área cultural, e que a comissão de avaliação também seja diferenciado dos outros editais, porque ele vai ter que ter, como eu posso dizer? É, vai ter que ter um *feeling*, vai ter que ter uma banca de avaliadores realmente que seja da área. Não dá pra botar, por exemplo, alguém dos editais que é específico para a manutenção de espaços culturais e pontos de cultura. Não vai dar pra ser a mesma comissão. Então, essa é a minha contribuição. **Leonardo** a contribuir a fala da colega e da outra colega, bem prático aqui, em relação a um projeto de pesquisa na linha arquivística. Para eu chegar com ele, que é do museu, e falar, “eu gostaria de entender como é que está toda a minha documentação”. Projeto de pesquisa, vamos criar a pesquisa de diagnóstico. Vamos para lá com uma equipe, a gente tem que falar assim, ajudar sempre os alunos nessa parte que a gente está na pesquisa, as nossas mãos, são os nossos acadêmicos, são os nossos bolsistas. Não tem a gente [?], principalmente quem trabalha com diagnóstico de alguma coisa, sempre são os nossos acadêmicos que nos ajudam, vou chegar com ele: “olha, vamos criar um projeto de diagnóstico que vai gerar um produto final que vai te dar, agora sim, um caminho, a possibilidade de você fazer um projeto de museu completo da sua instituição”. Então, assim, a pesquisa, ela tem que ser somada para gerar um produto para a instituição ou para o indivíduo que está ali, esse é o processo. Então, é importante a gente tocar nesse quesito. É necessário que esse pesquisador, mesmo que não esteja vinculado a uma instituição pública, mas que ele tenha o conhecimento técnico. E aí, realmente pesquisa é diploma. A gente às vezes tem que separar um pouquinho, para a gente poder realmente alinhar as coisas. Eu poder fazer um projeto de museu, de arte, é nesse sentido, mas que essas pessoas comprovem, com seu certificado, diploma e que também tenha algumas ações nesse sentido. Porque senão se a gente deixar muito aberto, aí o negócio não flui e a pesquisa tem que ser somada a essa ação concreta, outro exemplo bem prático, às vezes me chamam, professor, o senhor pode vir aqui olhar o meu acervo documental? É porque eu quero eu quero comprar um GED de gerenciamento eletrônico, eu quero digitalizar todos os

documentos. Aí eu falei, calma, não é assim que as coisas funcionam. Primeiro, a gente vai desenvolver um trabalho de pesquisa, entender o que que você tem. Isso demora um pouquinho para resultar um projeto lá na frente, Você otimiza gasto, otimiza essa ideia de que você realmente entende o que está acontecendo. É uma fala que eu sempre digo, tentar também criar um projeto institucionalizado, por exemplo, história, arquivo e museu, trago educação física também. Olha que bacana a gente criar um projeto nessa linha, 4 linhas de pesquisa fazendo um projeto só, isso é bacana, conversar a ciência precisa acabar um pouquinho dos seus glamoures. Não, acho que destrinchar um pouquinho isso e a pesquisa dá essa possibilidade para a gente fazer nesse sentido. Passou a fala para **Nogueira Almeida**, que se apresentou dizendo que é arqueólogo, pesquisador e era a primeira vez que estava participando desse evento. Vim aqui para conhecer e mostrar que a arqueologia, também deveria participar deste evento. Eu trabalho como pesquisador e também na área de educação patrimonial, estou fazendo uma pós-graduação em educação museal e docência do ensino superior. Percebo que, as escolas, como o professor comentou aqui, necessitam de muitas informações, principalmente da nossa história, do nosso passado, que está no subsolo. O que nós mostramos aqui, é somente a história edificada, esquecemos que, no subsolo tem a história dos povos pretéritos, e isso, infelizmente, é pouco visto ou quase nada. Isso me fez participar desses eventos. Eu estava agora lá no Palacete, eu estava participando de um dos eixos, expus as minhas reivindicações, percebi que, de certa forma, houve um certo, vamos dizer, não foi muito bem aceito porque era a primeira vez que um arqueólogo participava dessa atividade, então, quando a gente leva essa nossa visão de pesquisa, pessoas que já estão acostumadas a fazer essas atividades, estranham. Quando a senhora comentou ali sobre arqueologia, eu disse, é comigo. Então, eu gostaria de saber também, é se a parte de pesquisas arqueológicas, educação patrimonial nas escolas, que eu também desenvolvo essas atividades, se poderiam ser contempladas nesses projetos. Porque é muito importante nós levarmos o conhecimento dos povos pretéritos, a história do povo brasileiro para as escolas. Isso ajudaria bastante. Isso sem contar que a arqueologia abrange um leque de informações. É isso. Obrigado. **Nonata Silva** disse que, acha que, cada um tem suas colocações. É como eu já falei, eu sou antropóloga e eu vejo que hoje em dia tudo é multidisciplinar, não existe mais quadradinhos. A gente junta para poder a coisa andar junto com o historiador, com o antropólogo, com o arqueólogo, com o educador e por aí vai. Mas respondendo, a pergunta que Anne fez, eu penso que, como foram os outros editais, inclusive do ano passado, por exemplo, o da cultura popular, que eu participei no folclore, eles vêm com as categorias e os valores, não é isso? Eu acho que é melhor fazer dessa forma, minha opinião. Vir os valores. Ela colocou que no tempo, inclusive, a SEC sempre foi aberta. Eu já fiz do bumba meu boi e bumbás de Manaus, na pesquisa, ela já fez de brincadeiras tradicionais. Então, eu acredito que, coloca lá um valor e aí, tu vê se o teu projeto encaixa nesse, encaixa naquele valor. Eu acho que é por aí, porque se deixasse muito aberto, mas mesmo assim vocês vão ter que colocar um limite, não é? Eu sou a favor que coloque nas categorias, não sei

os colegas. **Anne Paiva** disse que já tinham uma base muito legal. Aqui no quadro, estão os nossos critérios de participação dos editais e vocês vão ver que eles são critérios mais genéricos. Eu acredito que nesse aqui, a gente, talvez, já tenha que aprofundar alguma coisa. Mas, quais são os nossos critérios atuais de participação nos editais? Residência no estado do Amazonas. Não estar pendente com a prestação de contas de editais anteriores realizados pelo Estado. Estar cadastrado no cadastro estadual da cultura com a documentação atualizada. E como eu falei para vocês, não ser servidor da SEC, estagiário, colaborador da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural, membro do Conselho ou então da comissão de seleção. Para vocês eu não sei nem se se aplicaria muito à questão da ficha técnica, porque às vezes o projeto ele exige, mas muitas vezes ele acaba sendo um trabalho individual e que vocês vão só buscar na fonte de outras pessoas. Vocês já apontaram para mim 2 coisas que estou refletindo. A primeira, é que vocês acreditam que deveria ter uma formação mínima específica e a minha pergunta para vocês é, mestrado, pós, doutorado? Os presentes responderam que só graduação. **Nilce Pantoja** disse, tem que ser uma pessoa graduada, só uma formação acadêmica. **Anne Paiva** complementou dizendo, formação acadêmica mínima, graduação em qualquer área, porque a gente consegue ver gente de educação física fazendo pesquisa em dança, então, enfim, o cadastro estadual vai dar esse vínculo e a pesquisa vai ter que ser uma pesquisa dentro de alguma coisa da área da cultura. Tem que ser cadastrado no cadastro estadual da cultura. **Rila Arruda** corroborou que tem que provar que você é trabalhador da cultura, ela [Anne Paiva] está certa. Uma forma que dá pra [?], isso aqui já tá meio que em consenso, tem que ter formação, sem problema nenhum. Mas aí, por exemplo, como é que, pelo menos a minha proposta de ser 2 editais diferentes, o de pesquisa, você realmente tem esse critério de formação acadêmica, mas o de equipamentos culturais e patrimônio necessariamente não precisa, porque tem pessoas que são detentoras, por exemplo, de um bem de patrimônio imaterial, que a gente não pode obrigar e você exclui os mestres, exclui uma série de [?], por isso que o edital tem que ser diferente. A minha proposta é, no edital específico de patrimônio e equipamentos culturais, que tenha lá a definição do que é patrimônio cultural e o que faz parte dele e, o que é equipamentos culturais e o que faz parte disso, porque o patrimônio cultural, a própria chamada da SEC ela exclui, quando ela põe o patrimônio histórico ela exclui o patrimônio imaterial, o patrimônio arqueológico, a educação patrimonial, que também tem que estar lá. Então, tem que estar incluído aí também nesse edital de patrimônio cultural e equipamentos culturais, não só a educação patrimonial, mas a educação museal também, porque agora, está crescendo muito no Brasil, a educação informal, mas ela está caminhando e está se expandindo. O norte é fraco, mas vai no sudeste, vai no nordeste, vai no sul, vários museus já tem setor de educação museal, assim como muito da arqueologia já tem tanto na questão do TAC, como por exemplo, projetos de compensação e uma série de coisas, já está incluída a educação patrimonial. Que aí, especificamente, o pessoal da arqueologia faz, porque eles fazem parte do licenciamento ambiental, então, é obrigado. A gente não pode esquecer isso no edital também, que é diferente de

pesquisa cultural. Pesquisa cultural, é só fazer a pesquisa para entregar um produto, um relatório, uma peça, um livro, um vídeo, sei lá. **Anne Paiva** afirmou que, em relação ao patrimônio cultural, eu não vejo problema em fazer 2 editais separados, lembrando do valor global de ambos, mas também eu fico um pouco preocupada quando a gente fala sobre o equipamento cultural, porque a manutenção ela não vai poder entrar aqui. Então, eu reflito se, talvez, lá no outro edital, que vai ser manutenção de espaços, a gente colocaria alguma subdivisão aí dentro ou então que tornasse claro dentro desse edital de patrimônio cultural que ele seria para ações formativas, para um projeto que não seja vinculado a manutenção desse equipamento. **Rila Arruda** disse que, então, tem que ter a definição no edital lá dos espaços e pontos de cultura que tenha uma definição do que é equipamento cultural e que contempla, separado? Já no edital de patrimônio cultural, vai ter que ter alguma cláusula, alguma coisa dizendo que tem que ser relacionada a patrimônio cultural. Porque, por exemplo, tem equipamento cultural que não é necessariamente equipamento cultural, tem teatro que eu posso fazer lá na minha casa, eu posso construir um teatro, construir um cinema e ele não é patrimônio cultural, ele está surgindo enquanto equipamento cultural, assim como é o caso do arquivo. nem todo arquivo é patrimônio histórico. A SEC tem seu arquivo, a Casa Civil tem o arquivo dela. Só se torna patrimônio cultural, porque tem que ter um tempo, um reconhecimento, tem que ter um significado, um legado, um símbolo para a sociedade, alguma coisa assim, alguma coisa que dê essa validade. Diferente da biblioteca e do museu, porque eles já nascem com o patrimônio, porque eles são guardiões do patrimônio. **Nogueira Almeida** disse, com relação a material arqueológico histórico, até a sua fotografia que você tirou ontem, é um material arqueológico histórico. Então fica muito difícil você definir. Uma coisa que eu gostaria de saber é, com relação à parte documental, se é necessário apresentação do currículo Lattes, porque no Lattes mostra as atividades profissionais que eu fiz desenvolvidas naquilo que eu estou capacitado a fazer, porque se não como, ela [Rila] mesmo colocou, qualquer pessoa pode fazer. **Anne Paiva** respondeu que acredita que a gente possa botar uma pontuação para formação. Projetos, talvez botar como uma pontuação, publicação de artigos ou então, realmente tempo de trabalho, de pesquisa. Não como critério mínimo, como critério de pontuação. **Nonata Silva** explicou que, se você colocar graduação, não pode exigir tanto, porque a gente só começa a [?], na graduação, a gente já faz várias coisas, mas a pós, o mestrado, o doutorado é que tem. Então, eu acho que apresenta tu tem lá o portfólio, por exemplo, eu coloco meu portfólio artístico, e quando é pesquisa, como foi a minha de circo da FUNARTE, mandei o meu lattes. Eu acho que pode mandar então, porque se não o graduando, como é que ele fica? O graduado, aliás. **Beatriz Calheiro** apresentou-se, disse que está superintendente do IPHAN e quis colaborar com a construção, informou que na consulta passada, quem estava pelo IPHAN foi Rafael Azevedo, nosso arquiteto. Algumas dúvidas surgiram, porque o cadastro da cultura, ele fala. Todo mundo que está acostumado, já é trabalhador da cultura, eu mesma já estou cadastrada pelo meu histórico no teatro, em outras ações de artes cênicas. Ele está

muito focado no artista, no produtor, no pesquisador, talvez a gente tenha que fazer alguma movimentação. Eu tenho memória, pelo preenchimento, a gente vai perdendo a essas informações, como lhe dariam os pesquisadores da cultura que não tem essa atuação, vamos dizer assim, no fazer cultural, numa entrega de um produto cultural, mas tenham interesse em pesquisar, porque são pesquisadores da cultura. Como é que vai ficar isso no cadastro, não sei se eu me fiz entender. A segunda pergunta, era na verdade, porque você apresentou que tem o edital memórias e eu não consegui entender qual é o outro edital e qual o valor. Por isso que eu perguntei no chat, mas como eu estou vendo as coisas avançarem se eu lhe perguntar logo, para entender se dentro desses editais a gente podia fazer essa subdivisão de valores e subdivisão de possibilidades de formação, pontuação diferente, que eu concordo que possa agregar ainda mais em relação às pesquisas que vão surgir, mas sinto falta, e aí talvez, seja importante ficar claro nos critérios que o edital de patrimônio ele precisa dialogar com os bens reconhecidos pelo município, os bem reconhecidos pelo estado, tem os bens encaminhados pelo COPHAM, tem as listas que eles façam referência à bens reconhecidos e um recorte à bens inventariados. Vamos dizer que, nem todo bem hoje que poderia ser reconhecido como patrimônio cultural, ele tem esse instrumento normativo já acatado pelo Estado ou pela União. Então, acho que a gente poderia dividir, mas não perder de vista, porque se não a gente vai continuar com a população, com os pesquisadores e produtores, sem saber quais são os bens que são reconhecidos e registrados no Amazonas, que são tombados no Amazonas, seja pelo Estado ou pela própria União. Então, eu sugiro que fique muito claro que ele é um edital, que tem arqueologia, que tem o imaterial, que tem o material e que tenha, pelo menos, esse recorte em algum momento, das informações, quais são reconhecidos hoje pelo estado enquanto cultura imaterial, enquanto bens imateriais, quais são? Porque se não fizer referência, a gente perde a oportunidade de reforçar o reconhecimento e a valorização desses bens. Tenho outras perguntas pela frente, mas acho que por agora, eu gostaria de saber qual é o outro edital? Pensar essa perspectiva da pesquisa, como é que vai ficar o cadastro da cultura, se vai ter que fazer alguma alteração ou como orientar aquele que for pesquisador e porventura não está lá porque ele não se reconhece talvez nesse formato, mas seria muito bem-vinda a pesquisa dele no edital. E esse terceiro elemento, por fim, de estar relacionado a esses trabalhos, orientar que eles estejam relacionados aos bens reconhecidos no Estado. Vou dar um último pitaco agora. Nós recebemos no IPHAN, projetos que foram aprovados pela Lei Paulo Gustavo e aí eu chamo atenção que as comissões e a própria SEC e esses próprios editais prevejam, coloque ali a cartinha de orientações que os projetos que precisarem de autorização, aquele requerente já contabilize no seu orçamento, Vou dar um exemplo muito básico, alguém que aprovou na Paulo Gustavo plantar na calçada na frente do mercado Adolpho Lisboa. Essa pessoa não contou com planta, não contou com valor de arquiteto, não contou que ela precisava de autorização do IPHAN, não contou que ela não podia plantar qualquer planta e agora o projeto está levando um tempão para explicar para a pessoa, para ela ver que aquilo que ela achava que ela ia ganhar acabou tendo esse gastar, porque ela

não previu tudo isso no seu orçamento e ele foi aprovado. Então, obrigada, er essa a contribuição. **Rila Arruda** pediu para complementar, muito bem colocado o início da fala da Beatriz, mas é uma coisa que a gente já vem falando desde o ano passado, da Paulo Gustavo, A gente pediu 3 módulos, 80.000, pelo menos a parte da pesquisa cultural 80.000, eu acho que era o outro era 50.000 e o outro 30.000, não lembro agora, mas eu sei que o máximo era 80.000. E aí, isso que é sugestão da Beatriz, a gente falou no passado, não especificamente aos bens já tombados ou registrados, mas a gente já falou que a SEC poderia botar lá no edital de pesquisa, temas pré-definidos e temas livres. Os temas pré-definidos, a gente deixou para a SEC e definir quais as suas prioridades dela que estava precisando para Secretaria, mas já com a sugestão da Beatriz, que é maravilhosa. No edital de patrimônio ou no próprio de pesquisa mesmo, já deixar lá alguns temas pré-definidos, como prioridades do estado. E a justificativa é, precisamos de mais pesquisas dos bens registrados e tomados, tanto federal como estadual, porque o município não tem, só tem da lei orgânica do centro histórico, não tem nada individual, nenhum bem específico. E aí pode amarrar isso, mas aí cabe a Secretaria fazer isso. Mas eu estou de acordo com a ideia da Beatriz, não sei se vocês estão, mas que também tenha temas livres, pelo menos a parte de pesquisa. Sobre esse critério do pesquisador, é o seguinte, quem é o pesquisador cultural? Tradicionalmente, é alguém da educação física? Pode ser, mas ele tem que ter um currículo todo voltado que prove que já fez pesquisa na área cultural. Porque você ser um ator, você ser um pintor, não te dá expertise de ser um pesquisador cultural. É diferente. Porque, o que acontece, aqui muito no Amazonas, é muito recorrente. As pessoas comumente publicam livros sobre história do Amazonas, mas na verdade não tem rigor científico nenhum e o trabalho é só memorialista, não dá nem para considerar como história. Então, a gente tem que ter muito cuidado em amarrar esse edital para não deixar com que qualquer coisa seja publicada. Aí lá na frente, lá na biblioteca, lá no arquivo vai estar umas abobrinhas que foram publicadas e vão ser de referência. Futuramente vai virar uma fake news institucionalizada. Essa é a realidade quando você não é um pesquisador cultural. Eu que acesso documentos do século 19 e século 20, escreveram abobrinhas, aí, o quê que eu pegava? Eu ia lá nas fontes primárias, eu ia no relatório de governo, eu ia nos decretos, nas leis, eu procurava os viajantes, que eu ainda acho os relatos mais factídios, vamos dizer assim, do que alguns memorialistas, que só atrapalharam a minha pesquisa. **Nonata Silva** contribuiu que, com relação a ficha do cadastro. Eu acho que não precisa mudar não, porque tem uma janela lá que depois que a gente marca lá na janela você pode escrever, o que é que você faz? O que que você pensa da cultura? Então, é só olhar um pouquinho, ler bem o cadastro que tem uma janela já disponível para se colocar isso. Era só essa contribuição. **Nilce Pantoja** reforçou sobre a questão da pesquisa. Eu coloquei que eu sou mestra em educação e tenho formação em educação física. Em relação à pesquisa, eu lembro que quando ainda era Robério Braga, acredito eu que, uma das primeiras pesquisas na área de brinquedos e brincadeiras, eu realizei no primeiro edital que ele abriu para a pesquisa que se chamava brinquedos e brincadeiras, um resgate da cultura tradicional infantil,

onde nós percorremos todas as zonas da cidade de Manaus, da leste a sul. Foi feito o registro de pesquisa, foi feita a investigação, foi entrevistado pessoas, foi criado a estatística das brincadeiras, que naquela época, que era 2014, ainda estava em voga, as que não estavam mais ficaram esquecidas, vamos dizer assim. Que deixaram de ser atuantes naquele momento. Então, foi oferecido essa pesquisa, ela ficou bastante tempo pela Secretaria de cultura. Eu acho que ele me pediu 2 ou 3 meses na casa das artes e me solicitou até a compra da pesquisa na época. Só que eu não quis repassar nem o nome e nem a pesquisa, vender para a Secretaria de cultura, de tão interessante que ele achou a pesquisa. Então, assim, a formação eu concordo, tem que ter, minha formação não é só educação física, mas tenho formação acadêmica. Tenho um mestrado e pretendo caminhar para o doutorado. Eu acho que todo mundo aqui está nesse nível, para ser um pesquisador, não que um graduando não tenha esse referencial que com um bom orientador, ele segue a pesquisa também. E sobre a questão dos tetos de valores, eu acho bem interessante o que foi colocado, porque a pesquisa, ela tem muitos custos que aparece no processo. Quando você entra no campo, você se depara com algo que você, apesar de ter feito toda a sua análise, você encontra no percurso, no campo situações que tu não pensava que iria encontrar. Então, precisa de um teto. mínimo, penso eu que de 30000 para início de pesquisa, dependendo do que você vai pesquisar e aí cada um se encaixa na sua categoria. A minha pesquisa é 30, a minha 50, a minha 80. Mas eu acho que seria esse o teto mínimo, 30.000, menos que isso, a pesquisa, eu creio que não dá pra seguir. **Anne Paiva** perguntou, em relação à prazos, vocês acham que em 1 ano daria para executar a pesquisa? Porque, como a gente está trabalhando com anualidade, valores anuais. Então, fico preocupada de não ser uma pesquisa muito extensa que não conseguisse ser completada e entregue um resultado em 1 ano. **Melissa** cumprimentou a todos e apresentou-se dizendo que, é arquiteta e urbanista e gostaria de fazer algumas colocações, talvez, seja uma matéria que já foi vencida, mas foi colocada pela Beatriz e para a gente enfatizar uma situação. A gente também poderia contemplar o patrimônio cultural edificado e não esquecer que a gente também tem um recorte urbano que faz parte do contexto do sítio histórico, dentre outras situações que envolvem a arqueologia e que também merece, não só a educação patrimonial como vem sendo realizado por alguns profissionais, com incentivos culturais diversificados, pelo poder público, mas que também está dentro dessa dessa inserção do que a proposta do edital. E aí, eu também gostaria de fazer uma contribuição, até porque eu já tive a oportunidade de trabalhar viabilizando situações assim de artistas que tiveram seus editais contemplados, que a gente não pode deixar de pensar também é que tem que ter, se for um espaço público, tem que ter o licenciamento conforme os órgãos. Então, aquilo que a Beatriz colocou é bem colocado, mas quando tiver um fragmento, por exemplo, de praça e for um monitoramento, uma responsabilidade do município. A gente tem que cumprir as tratativas também que vigoram no município de Manaus, que é o plano diretor, as leis setoriais, et cetera, e fazer um registro que nós temos também quanto o município, até porque eu falo, já fui gerente do patrimônio 2 vezes, já estive na SEC, enfim,

permeio por esse por esse viés, que a gente tem um decreto que trata de mais de 2.000 unidades de interesse histórico, públicas e privadas. Então a gente também pode, se for no segmento edificado, inserir como uma das orientações, depois da lei do tombamento do IPHAN. Então, são situações que envolve a cultura, e dentro desse eixo do patrimônio edificado, histórico, artístico, monumental, praças e similares. Obrigada. **Hélio** disse, por favor, nessa parte de critérios de participação. Eu queria apenas confirmar se isso também é válido, por exemplo, para nós, como instituto, o CNPJ pode se inscrever para contratar um pesquisador para um trabalho específico? Algo no sentido de inventariar. **Luciane Ituassú** explicou que, o edital vai permitir tanto a pessoa física quanto pessoa jurídica. E aí, no cadastro estadual, geralmente as pessoas jurídicas estão vinculadas a uma pessoa física. No nosso cadastro, ele vai passar por uma atualização futuramente, mas ainda quando você abre o cadastro, você entra como uma pessoa física nele, login, CPF, senha. E aí, você vai ter uma aba em 'meus serviços', 'minhas empresas', e lá que a gente vincula esse CNPJ e pode participar normalmente. Aí, quanto a ele, quanto a CNPJ, a gente não faz exigência de prazo de existência, como a gente faz a exigência da pessoa física para comprovar 2 anos de atuação. **Rila Arruda** disse que, isso que a Beatriz falou também é muito importante. Da questão da autorização. Nós temos que definir aqui em conjunto, vamos definir se vai ter ou não no edital, o pedido do termo de anuência já no ato da inscrição ou se vai ser depois no relatório. Porque é isso que ela falou é muito importante, quem vai trabalhar, por exemplo, em volta de algum bem tombado ou de alguma área que precisa de uma autorização específica administrativa da prefeitura, a gente tem que ter o termo de anuência, qualquer pesquisador sabe que precisa de termo de anuência, assim como qualquer pessoa que trabalha com seres humanos, precisa passar pelo comitê de ética. Então, não é porque a gente está na cultura que a gente vai fazer de qualquer jeito. A gente tem que ter o termo de anuência, tem que estar muito bem definido a metodologia do seu próprio projeto, como é que se vai abordar pessoas, se vai abordar espaços físicos, se precisa de autorização, se bem é tombado. Por isso que eu digo, o edital de pesquisa tem que ser diferente dos outros. **Luciane Ituassú** respondeu que, essas nuances, quem constrói são justamente vocês. Vocês têm esse conhecimento da prática, da vivência. E aí, tem que entender o que que fica melhor para essa categoria, algo que venha prejudicar ou burocratizar ou é algo que possa ser deixado para o momento seguinte da assinatura do termo. Tem que se pensar em que momento fica ideal para estar recebendo essa documentação, nos outros editais, que óbvio que é bem diferente do de vocês. Mas, por exemplo, tratando com proponente, com fichas técnicas, com equipes. A gente também pede cartas de anuência lá. Óbvio que são objetivos distintos, eu entendo, mas digo só pela dinâmica. Lá também vai se pedir carta de anuência e tem que ser entregue na inscrição. E aqui, quanto a questão desses critérios, é vocês que precisam construir. **Rila Arruda** disse que, depende muito do objeto da pesquisa. Por exemplo, eu não tenho problema em falar aqui para todo mundo ver. Eu tenho um projeto que não não foi feito aqui, que é de pesquisar o público de museus. Mas é um projeto grande, para isso eu vou precisar de um termo

de anuência da SEC e de outros museus, se for privado ou se for municipal, avisando que eu vou entrevistar as pessoas dentro do museu, se vocês não aceitarem, eu vou entrevistar na rua. Então, depende muito do objeto, do que a gente vai pesquisar, por isso que é muito importante essa expertise de pesquisador cultural que sabe como é que funciona e isso independe de, “Ah, eu estou a 20 anos fazendo dança, teatro”, se você tem uma formação acadêmica na área e você é um pesquisador de teatro, dança. Ótimo. Mas, se você é formado em, desculpa usar educação física, mas você tem a formação em educação física, é uma atriz, por exemplo, mas não tem como provar que você é pesquisador da cultura. São coisas diferentes e isso tem que ter alguma cláusula no edital de pesquisa cultural sobre isso. Por isso que eu pedi para separar o edital de equipamentos culturais e patrimônio de pesquisa cultural, estou repetindo isso aqui sempre, porque eu tenho a impressão que as pessoas não entendem e ano passado, como a gente perdeu o edital, a gente tem que amarrar muito bem agora, para não perder de novo, porque no passado não teve. **Luciane Ituassú** informou que, ano passado não teve, ele estava na previsão, mas infelizmente a gente precisou fazer uma reavaliação e naquele exercício ele não conseguiu sair. Mas na PNAB, a gente está conseguindo contemplar e a tendência é melhorar cada vez mais, crescer, buscar esse público para a gente fomentar cada vez mais. Em relação aos critérios, no final da apresentação, a Anne preparou o QR Code, que é para você fazer a sua contribuição individual. É que às vezes a gente no plenário, a gente prefere ficar mais quieto, e de uma forma individual, você consegue esmiuçar melhor. Seria interessante nessa questão, trazer essas sugestões de critérios, até mesmo para a gente fazer uma avaliação, caso o questionário não te possibilite, por número de caracteres ou algo parecido, vocês também podem estar encaminhando por e-mail que a gente vai estar recebendo, sem problema nenhum, quanto a questão da carta de anuência, nessa dinâmica de estar pensando no espaço é interessante também que, se ela for algo para ser prévio na sua inscrição, é o entendimento da categoria da brevidade desse procedimento. Porque, por exemplo, uma pessoa que vai querer se inscrever no último dia e “ai, eu não tenho a carta de anuência” e aí mais tarde vai sentir injustiçado porque não pôde apresentar, porque quando a gente vai pedir uma carta de anuência, não é só chegar e pedir, a gente sabe que tem todo o procedimento e cada Secretaria, cada espaço, vai ter o seu tempo, o seu lapso temporal. Então, só entender se é benéfico para esse momento de inscrição ou se ele vai beneficiar no momento da assinatura do contrato, por exemplo, quando de fato houver a certeza da contemplação. **Beatriz Calheiro** gostaria de saber qual é o valor referente ao edital de patrimônio específico, essa subdivisão em relação à questão da ficha técnica e aproveitando esse diálogo sobre a carta de anuência, eu acho até que valeria, sim, a gente manter a ficha técnica, por exemplo, nas questões de arqueologia, geralmente, quando vai para a educação patrimonial, a gente coloca ali uma ficha técnica que tem um arqueólogo que tem um profissional da educação, especialmente das licenciaturas, pode colocar uma série de outros profissionais técnicos, pode ter, a depender da característica que do que vai ser o edital, pode ter a questão de um técnico de audiovisual, de um técnico

fotógrafo, enfim, vários outros profissionais conjuntos, focados nessa linha de patrimônio, eu não sei se talvez caiba realmente para pesquisa, mas acho que para a linha de patrimônio manter a ficha técnica pode ser um bom critério para avaliação ajudar. E aí só me digam por favor, qual é o valor e qual outras ideias foram levantadas para esse edital de patrimônio cultural? Concordo com os colegas que já apresentaram produtos educacionais, processos formativos de educação patrimonial, se aqui, para dar um pitaco lá nos de capacitação. Se puder ter alguma coisa destinada também para os artífices Também para essa questão de formação dos profissionais da educação para desenvolver projetos de educação patrimonial, seja na escola ou em espaços de informais, já seria interessante. Mas colaborando novamente o edital poderia também prever em relação ao, vamos dizer aos conteúdos livres, que não são vinculados a um patrimônio registrado, tombado, poderia ser os inventários de referências culturais, o IRNC é uma modalidade importante. Nem todos os bens ou manifestações culturais, ou bens que a gente tem, são reconhecidos pelo instrumento do tombamento ou do registro, mas eles são reconhecidos, são valorados, podem receber recursos a partir dos inventários de referências culturais. E aqui no Amazonas, nós temos muitas iniciativas, mas a gente não tem um mapa de referências culturais do estado ou da capital, não tem esse mapa, para a gente dizer assim, “tudo isso daqui a gente sabe que são as nossas manifestações, que são as modalidades artísticas nesse mapa”. Eu entendo que ele pode já ter algum desenho, mas em relação à edição, eu nunca vi um edital que pudesse premiar esse tipo de inventário, que tem modalidade participativa, é muito interessante fazer junto à comunidade. **Anne paiva** respondeu a Beatriz que, nós iniciamos a reunião tendo um edital conjunto de pesquisa cultural e de patrimônio histórico no valor de 930.000. Eu entendo as razões do desmembramento. No meu papel, diz, pesquisa cultural e patrimônio cultural só não tem destrinchamento ainda de valores, acho a gente pode estabelecer. Eu pensei aqui em algumas ideias, de alguns projetos que a gente poderia pedir algumas pesquisas que eu considero que sejam interessantes. Eu acredito que essa reunião, ela vai ser muito mais para vocês mostrarem para a gente ver o quê que vocês acham. E aí, eu vou ter que escrever e a gente vai ter que sentar e refletir para poder apresentar um documento para vocês por escrito e vocês dizerem “não é nada disso que a gente queria” ou então “não, está indo pelo caminho certo, só altera isso aqui” e eu digo isso em em ambos. Acredito que vamos precisar muito da tua ajuda, Beatriz, na relação do edital de patrimônio cultural. **Nonata Silva** disse se que, definido 2 editais, então cada, vamos dizer que cada um vai ter também o seu critério com relação a ficha técnica. É interessante isso que ela fala, porque realmente às vezes você não dá conta só, mas fica a critério de vocês se vocês também pedirão, porque quando a gente faz, por exemplo, cultura popular, a gente manda a ficha técnica realmente já com a anuência, com tudinho. Eu acho que o de patrimônio, como a amiga fez bem a colocação, eu acho que essa anuência é depois de ganhar, quando vir assinar o termo, aí entrega, porque se exige antes, sempre tem os retardatários que só se inscreve no último dia, aí se está lá anuência e tal, então deixa pra depois. Agora, os outros editais, geralmente a gente tem que entregar uma carta

de aceite da ficha técnica, tem que entregar anuência, mas essas outras permissões, que no caso de vocês que são patrimônio, que são locais e tal, vocês vão pedir. Eu acredito que pós isso e a minha pergunta que não quer calar, porque eu quero me inscrever no [edital de] cultura popular de novo, vou poder? **Anne Paiva** responde, quem passou na LPG vai poder se candidatar aos editais da PNAB, não tem problema. **Nonata Silva** questiona, por exemplo, se eu quiser me inscrever no edital de pesquisa e no de cultura popular, vou poder me inscrever nos 2? **Anne Paiva** responde que, a regra que estava sendo estabelecida para a PNAB, mas que ainda não foi fechada, era que, só poderia se candidatar a um, mas a gente ainda não fechou essa situação, até mesmo pelos valores, para conseguir ter uma abrangência grande de beneficiários, mas ainda não foi fechado. Desculpa, só para falar rápido para Beatriz, exatamente, o edital memórias era dividido entre pesquisa e patrimônio. Era isso mesmo. E aí, agora a gente vai destrinchar os 2, vai fazer uma divisão. **Rila Arruda** questionou, que edital memória é esse? **Anne Paiva** respondeu que, nós botamos nomes nos nossos editais e o edital de pesquisa e patrimônio ele era Memórias e aí agora vamos destrinchar. **Rila Arruda** disse que, se botar memórias, vai aparecer um monte de memorialistas. Por isso que tem que separar, de pesquisa cultural. Mas, eu ia falar o quê que geralmente os proponentes fazem? Se inscreve em um pela SEC e um pela Manauscult Eu nunca vi um edital que pode ter 2 projetos. **Anne Paiva** responde, na primeira Aldir Blanc, a gente permitia 2. **Rila Arruda** retoma a fala dizendo, então vamos lá, vamos recapitular, os equipamentos culturais vão lá para o edital dos espaços, que vai ter uma definição lá. O patrimônio cultural já vai ter definição, o que é patrimônio cultural? e dentro dessa definição as pessoas que são de equipamentos, que tem esse valor patrimonial, elas vão conseguir se encaixar, porque elas vão ler a definição lá, então está definido isso que a Beatriz disse do inventário de referências culturais, é a participação social. E aí, eles podem e esse termo ele pode estar lá no edital de patrimônio cultural do inventário de referências culturais, porque aí as pessoas que não são pesquisadoras acadêmicas, elas podem participar. Por isso que eu quis separar os detentores do bem cultural, os mestres dos saberes, os mestres da cultura popular e as pessoas que estão envolvidas, que são memorialistas, enfim, podem participar do edital de patrimônio cultural, porque vai da imaterialidade, porque o patrimônio imaterial ele só existe porque tem pessoas vivas, quando aquele patrimônio vivo morre, fica o patrimônio imaterial de um tempo, ele não fica mais no presente. Por isso que é muito importante englobar essas pessoas que a Beatriz falou da questão do inventário participativo, beleza, patrimônio cultural. O edital de pesquisa cultural, já essa coisa mais formal, quem realmente é pesquisador cultural, que tem um projeto, uma metodologia definida, que pode ter um produto ou não, um relatório. Que eu entendo que, quem faz pesquisa, já bota sua ficha técnica, que é o pessoal, a equipe, só uma pessoa 2,3. Independente se a SEC pediu ou não, eu vou botar lá. Vai estar tudo detalhado, equipe, orçamento, termo de anuência. Que para pesquisador não é carta de anuência é termo de anuência para os outros pode ser carta, mas pesquisador é termo de anuência, assim como tem o termo de autorização do comitê de ética, que na cultura, não existe isso, quem sabe

futuramente daqui a uns 20 anos, a cultura também tenha um comitê de ética. A gente não sabe como é que vai ser mais para a frente, assim como daqui aos próximos anos, a nossa prestação de contas ou relatório, ela vai mudar, porque foi aprovado o Marco regulatório de fomento à cultura. Então, a gente vai ser deslocado da lei da licitação. Para a gente vai ser diferente. Tudo vai ser muito particular, que é algo que a gente vem lutando há muitos anos, porque a gente não se encaixa igual aos outros setores do poder público. **Anne Paiva** avisou que, estavam falando sobre valores no presencial. O que estão colocando aqui é o valor destinado para as 2 ações é 930.000, considerando a divisão desse edital em 2. Quanto seria para cada ação e quantas ações seriam realizadas? Na verdade, acho que a pergunta é, quantos projetos vocês acreditam que seria interessante de 30.000? Quantos projetos de 50, e quantos de 80? E talvez, levando em consideração metade do valor, para deixar metade, metade de uma forma justa, que ficaria 465 para cada um. Aí vamos lá então, 465. **Nonata Silva** levantou uma questão sobre essa questão de valores, eu ia perguntar, qual é a previsão do edital sair? E uma segunda questão, é se a gente vai receber o dinheiro integral ou se vai vir com desconto de imposto? **Anne Paiva** respondeu que, a nossa ideia, a previsão é que ele saia no final de julho e não vai haver o desconto de imposto de renda, então para a pessoa física e jurídica, ela vai receber o valor integral. É, depois vão prestar contas. Como é a prestação de contas agora desses, e assim, o de pesquisa, não tenho dúvida que vai ser por bolsa. Então a prestação de contas vai ser, que agora chamamos prestação de informação, vai ser um relatório a respeito do que foi executado das ações voltadas à pesquisa e depois o produto que a pessoa quiser apresentar, se for um artigo, se for um relatório de pesquisa, enfim, o que que se chegou no resultado final, um livro. No de patrimônio cultural, como tem muitas possibilidades, acho que, a gente vai ter que sentar pensar um pouco mais. **Beatriz Calheiro** disse que, entende que a gente tem que ser o mais equilibrado possível, mas ia fazer a sugestão de que pudesse, pelo menos, ser os 500 para o patrimônio, pensando no tempo deste ano. Não estou dizendo que não possa ser maior ou possa ser 50% nos outros anuais, em que sentido, a pesquisa, ela pode ser de grupo, de coletivo, de instituto, mas ela tem um público menor. Ela tem uma quantidade de pessoas, pelo prazo, por uma pesquisa que vai se desenvolver nesse curto espaço em 1 ano, que é muito o pesquisador, uma quantidade de pesquisadores ou quantos pesquisadores forem inscritos nessa proposta. Já as atividades do patrimônio cultural, que tendem a ter atividade de inventário participativo também pode pra lá, ou de educação patrimonial ou, enfim, outras ideias aqui que estão surgindo, eles avolumam o quantitativo para um orçamento, estou pensando aqui, um profissional de educação que queira deslocar comunidades da zona norte ou da zona leste, então transportes de comunitários, transporte de aluno, alimentação. Acho que tudo vai acabar gerando, estou aqui divagando, mas é pode gerar um volume maior, mais rápido, por conta da gente, já está nesse espaço de tempo de 1 ano para executar. Então, a minha sugestão era poder manter pelo menos os 500 e os 430 para pesquisa, mas também não é nenhum cabo de guerra ser 50%, 50%. Aí eu só chamo atenção que, eu queria entender o quê

que seriam essas subdivisões, se 30,50, qual é o parâmetro que vocês estão adotando? é indicador de impacto, é diagnóstico é quanto que esse patrimônio, esse bem alcança? É o quanto que essa proposta ela causa transformação naquela comunidade, naquela realidade? Para a gente poder subsidiar a divisão de recursos nas propostas com o impacto esperado, com o que a política estadual pensa que aquela proposta vai incidir, até para já ir orientando o proponente a se justificar com a perspectiva de impacto e de diagnóstico. Todas elas, acho que já que acabam dando essa dimensão para a gente de uma transformação que esse trabalho vai dar. Mas não pode ser uma coisa pueril, que está aí e a pessoa que passou, aprovou, não conseguiu dimensionar, só apenas um dado “ah, 50 pessoas”, mas 50 pessoas como? De que comunidade? De que forma? Só essa contribuição. **Anne Paiva** complementou a informação dizendo que, em relação a esses valores de 80, 50 e 30, foram só valores sugeridos de contemplação para a categoria de pesquisa. Eu estou tentando fazer um cálculo aqui. Se a gente fizesse duas [contemplações], para a pesquisa, vamos fazer pesquisa. Aí depois a gente vai ter o nosso trabalho de casa com o patrimônio. Se a gente tivesse 2 contemplações de 80.000, 4 de 50.000 e 2 de 30.000, sobraria ainda algum valor, se fosse, 2 de 80, 4 de 50 e 2 de 30, ficaria 420.000 e sobraria para patrimônio 510.000. O que vocês acham? Ou vocês acham mais interessante diminuir as de 50 e aumentar as de 30? Mais 4 de 50, 2 de 80 e 2 de 30, o que vocês acham? É muito ou pouco? 2 e 80.000, 4 de 50.000 e 2 e 30.000, totalizando 8 pesquisas. A gente, eu vou te dizer que a gente gosta de trabalhar com número par, porque as nossas vagas são ofertadas metade para a capital e metade para o interior, então a gente trabalha com número par. Eu acho que a gente pode fazer um esboço disso aqui e apresentar para vocês. E aí, eu acredito que a gente vai atrás da senhora Beatriz para falar sobre a patrimônio, está bom? Anne Paiva comunicou que estavam falando que vamos fazer as minutas e vamos jogar em um grupo, se vocês criarem, para gente conseguir ter essa troca. **Rila Arruda** informou que sua sugestão é, que assim como na pesquisa, vai ter os temas pré-definidos e os temas livres, que também tenha isso no patrimônio, porque organiza melhor, como ela deu [a sugestão], inventário participativo. Quem são dos bens patrimoniais, tipo capoeira, ele sabe o que significa e aí já podem ser proponentes aí tantas ações de educação patrimonial, tantas ações de educação museal, tantas aquisições, não sei, alguma coisa relacionada ao restauro de livros históricos e documentos históricos, tem uma cota. A Beatriz pode falar melhor das dimensões do patrimônio, que não é só o que geralmente o senso comum pensa, quando vocês botarem a definição no edital e vocês vão ver, descobriram um filme do Silvino Santos perdido, além desse outro aí, e ele entra no edital de patrimônio para fazer o restauro dessa película, que é caríssimo, tudo o que é relacionado a restauro, é muito caro. O pano de boca do Teatro Amazonas, o restauro é 1.000.000, custa 1.000.000. **Leonardo** disse que, para contribuir em relação a essas divisões, vou dar aqui um exemplo aqui bem prático, a pesquisa cultural arquivo, a temática seria diagnóstico de acervo documental, ou institucional ou privado, a pesquisa seria nesse sentido, nessa linha, poderia entrar também, restauro, pequenos restauros, nesse sentido também.

Nogueira Almeida complementou que, as pessoas confundem reforma com restauro, que é bem distinto, principalmente com relação a valores. E só ratificando aquilo que eu que eu informei para a senhora que, quando vocês concluírem toda a documentação, é sempre bom buscar um parecer do IPHAN, que certamente vai sair tudo alinhado para evitar dúvidas e que alguém tenha algum conceito, vamos dizer, que não esteja conforme ao que o IPHAN, o órgão responsável pela parte do patrimônio material e imaterial, assim conceitua. **Anne Paiva** achou que andaram bastante e sugeriu que finalizassem a reunião. Pediu que criassem um grupo de WhatsApp e , caso fizessem, divulgassem conosco para que a gente possa disponibilizar para os outros colegas também terem esse acesso e a gente conseguir trocar uma bola antes de disponibilizar uma minuta oficial. Finalizou com a foto coletiva e lembrou a todos que havia o questionário para preencherem individualmente.

Ao cumprimos todos os propósitos da nossa escuta, lavrei a ata lida e assinada por todos os presentes.